

Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias

3 de abril de 2000

Índice



Trabalho e Movimento Sindical

Mercosul

Empresas e Setores

Anexo: Integração Energética no Mercosul

Relações Externas

Informe Sociolaboral-08-2000- Comunidad Andina de Naciones

Notas e Correspondência

Apoio

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Edição



Consultoria Econômica e Social

Protestos contra o salário mínimo brasileiro

Cerca de dez mil pessoas tomaram , na ultima terça-feira, o centro do Rio de Janeiro para protestar contra o salário mínimo promulgado pelo governo brasileiro . O protesto, que foi organizado pela CUT, Central Única dos Trabalhadores, pela UNE, União Nacional dos Estudantes e pela UBES, União Brasileira de Estudantes Secundários culminou com uma passeata que interrompeu o trânsito de veículos na Avenida Rio Branco .

Em São Paulo, manifestação promovida pela Força Sindical, ocupou o andar térreo do prédio do INSS(Instituto Nacional do Seguro Social) em luta pela fixação de um salário mínimo equivalente a US\$ 100 . Participaram cerca de 500 manifestantes que saíram do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo . Além dos metalúrgicos participaram membros do Sindicato dos Comerciantes e do Sindicato dos Padeiros .

Em audiência marcada com Fernando Henrique ,depois de cerimônia para tratar de questões de formação profissional , os dirigentes da CUT, Vicente Paulo da Silva, da Força Sindical ,Paulo Pereira da Silva e da CGT , Canindé Pegado criticaram o pequeno aumento concedido . Segundo Vicentinho o presidente "... se manteve intransigente, não mudou sua opinião, disse que vetaria se o Congresso aprovasse um valor maior que R\$ 151 ". (*Folha de São Paulo, de 29 e 31.03.00*)

Petroleiros têm primeira vitória na Justiça

Numa decisão considerada histórica a justiça do Trabalho de Paulínia determinou que a Refinaria do Planalto (Replan), da Petrobrás contrate pelo menos mais 167 petroleiros . A sentença determinou esse contingente para recomposição do quadro mínimo de trabalhadores necessários para a operação da refinaria sem os riscos de acidentes do trabalho e ambientais .

A direção da refinaria decidiu recorrer da sentença. Com essa decisão o Sindicato dos Petroleiros de Campinas (Sindipetro), autor do processo, declarou que processará criminalmente o superintendente da Replan em caso de acidentes operacionais na empresa. "O recurso da Petrobrás indica que a Replan assume o risco de ocorrência de um acidente grave na refinaria . Diante disso a única alternativa do sindicato é processar quem comanda a empresa em caso de acidente " disse Antonio Aparecido Carrara, diretor do Sindipetro .

A empresa vêm sistematicamente diminuindo o seu quadro funcional sub-contratando trabalhadores com as empreiteiras, com menor qualificação profissional . Em 1989 a Replan tinha 1352 petroleiros . Em 1994 , quando foi aberto o processo, eles já eram 1.060 e hoje eles não passam de 749. (*Gazeta Mercantil , 29.03.00*)

Contrato nacional para os trabalhadores da Ambev

Diante da aprovação, pelo Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da fusão entre as empresas cervejeiras Brahma e Antarctica e a criação da Ambev que terá quase 70% do mercado de cervejas, a CUT vai propor à nova companhia um contrato nacional de trabalho . A central pretende entregar essa proposta até meados de abril .

Existem muitas diferenças nos benefícios sociais que são dados pelas duas empresas e a meta é a sua unificação- um funcionário da Antarctica tem direito, por exemplo, ao material escolar para seus filhos, remédio gratuito em caso de doença e vale-refeição mensal de R\$ 95,00 . A Brahma, por sua vez, paga o 14.º salário aos funcionários da empresa . A Antarctica já discute nacionalmente o reajuste de salários e benefícios desde 1991. Já na Brahma a discussão é feita por fábrica.

A Ambev , fusão das duas empresas, será a terceira maior cervejaria do mundo . Ela foi formada com o objetivo de tornar-se uma "multinacional verde-amarela" para concorrer no mercado mundial , o que muitos consideram mera figura de retórica para encobrir a compra da Antarctica pela Brahma e a monopolização do mercado . A empresa têm fábricas na Argentina e em outros países da América Latina. (*Gazeta Mercantil , 31.03.00*)

Contag denuncia caráter das medidas de reestruturação do Incra*

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), vem manifestar sua posição em relação às recentes medidas anunciadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário sobre a reestruturação do INCRA, com a demissão dos 29 superintendentes Regionais do órgão, para promover seleção para ocupação destes cargos.

A medida implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de não excluir o caráter político das indicações para o cargo, parece insuficiente para democratizar, de fato, o processo de seleção e avaliação dos superintendentes. Em primeiro lugar, a comissão de seleção é restrita a pessoas indicadas pelos dirigentes do Incra e do Ministério, e não contempla a participação dos movimentos sociais nem de representantes do conjunto de servidores do Instituto.

Diz a nota da Contag que a reestruturação e processo de modernização do Incra, órgão executor da reforma Agrária esconde a real pretensão do governo de esvaziar as ações de reforma agrária enquanto política pública, descentralizando e privatizando os programas, além de tentar desacreditar os movimentos sociais frente à sociedade. E denuncia também as mudanças já operadas na política do governo: corte de recursos e de ações nos assentamentos, priorização dos mecanismos de compra de terras em lugar das desapropriações e omissão do Estado frente ao acirramento da violência no campo — como se observa no Estado do Paraná e no Triângulo Mineiro- tudo acompanhado de forte intervenção na mídia contra ocupações de terras improdutivas. (*Resumo da nota da DIREÇÃO DA CONTAG, Brasília, 28 de Março de 2000 Agencia de Notícias Contag, 31/03/2000*)

Salarios en Uruguay cayeron y seguirán cayendo

En 1999 los salarios privados reales en dólares cayeron 2,9%, en tanto que los públicos descendieron 0,56%. El menor deterioro de los sueldos de los funcionarios públicos responde a que recibieron mayores aumentos durante el año. En 2000, con el incremento único de salarios anunciado por el gobierno y con la política de escasos aumentos prevista por los empresarios privados, los sueldos en dólares seguirán ajustándose a la baja.

El déficit del gobierno central fue de \$ 300 millones en enero, según datos preliminares, muy por debajo de la previsión de \$ 544 millones que se incluyó en el programa financiero del año, informaron fuentes del equipo económico.

Pese a la mejora de las cuentas, el saldo en rojo del gobierno central fue 43,5% mayor al de enero de 1999 cuando se alcanzó la cifra de \$ 209 millones.

Con este nuevo dato, el déficit de 12 meses (medidos a enero 2000) del gobierno central alcanza los \$91 millones. (*ICD, 29/02/00*)

Paraguay: violenta represión a una marcha campesina

Dos campesinos resultaron gravemente heridos de bala y otra treintena sufrió golpes y contusiones, en tanto que unos diez fueron detenidos, durante una violenta represión policial en la carretera internacional número 3, en el empobrecido departamento de San Pedro, a unos 250 km al nordeste de la capital paraguaya.

El enfrentamiento se produjo poco después del mediodía de ayer, en coincidencia con el primer aniversario del gobierno del presidente Luis González Macchi y en momentos en que unos **10.000 campesinos comenzaron a marchar por las calles céntricas de Asunción** para protestar contra la política "hambreadora y la corrupción" del gobierno.

Los contingentes que marcharon por la capital advirtieron que permanecerán frente al Congreso hasta obtener sus reivindicaciones de asistencia crediticia inmediata, ayuda social, cese de la persecución a sus dirigentes y suspensión de las privatizaciones. (Clarín, 28-03).

* Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Brasil

Anuncian los camioneros que retoman las huelgas

El titular de la CGT rebelde, Hugo Moyano, pronosticó que en los próximos meses aumentará la conflictividad social y anunció que ese proceso se acentuaría desde el lunes, cuando el gremio de los camioneros, que él lidera, ponga en marcha una huelga en Santa Fe y en el puerto de Buenos Aires.

Las protestas del transporte implican formaciones de miles de camiones, con inevitables trastornos en las rutas y parálisis en otras actividades productivas.

Moyano no descarta que esas protestas puedan generalizarse y prolongarse a otras regiones del país. "No se sabe cómo pueden terminar. La gente de nuestro sector está con mucha bronca. Es el comienzo de algo que no resiste más", reflexionó con dramatismo y atribuye el malestar general de los trabajadores del transporte a que "el 80 por ciento de la actividad está parada debido a la invasión del transporte brasileño". Otras penurias que enumera para su sector son "el alto precio del gasoil, los peajes y el impuesto docente".

En Santa Fe, indicó, se dirime un conflicto por la reducción en los fletes de granos. En el puerto metropolitano, la protesta obedece a "reclamos por los inconvenientes que hay en el puerto para funcionar".

El clima adverso a las políticas laborales y económicas del Gobierno excede al gremio de los camioneros. "Si el paro en Santa Fe dura tres o cuatro días, se pueden sumar otros compañeros, en otras provincias", advirtió el camionero. (La Nación, 30-03).

Predicen despidos

La Asociación de Industriales Metalúrgicos, en conferencia de prensa conjunta con la Unión Obrera Metalúrgica, se quejó por el nuevo régimen automotor con Brasil y predijo que esto va a provocar una pérdida adicional de 50.000 puestos de trabajo en la industria metalúrgica autopartista, especialmente en talleres de forja y fundición, adicionales a los 50.000 empleos ya perdidos.

Según los empresarios, este nuevo acuerdo **es mucho peor que el anterior** desde el punto de vista de la industria, porque el régimen derogado preveía un 12% de contenido de fabricación nacional en los vehículos, mientras que el nuevo reduce ese porcentaje entre cero y 3% e igual permite que el auto se siga llamando nacional.

Dijeron que hace diez años se fabricaban 300.000 motores de auto en el país y que pronto no se va a hacer ni uno. Criticaron la anulación del Plan Canje y del proyecto de auto económico argentino. (Clarín, 01-04).

Fuerte caída de las condiciones sociales en la década de los 90

De los datos oficiales del INDEC se desprende que entre 1991 y 1999 **en el conurbano** crecieron tanto el desempleo como la subocupación, la proporción de jefes de hogares desocupados, el número de asalariados en negro y la cantidad de gente que busca trabajo. Se trata de la región más poblada del país, donde viven 8,9 millones de personas, hay 3,9 millones en edad activa, de los cuales 3,3 millones están ocupados y el resto -634.000-son desocupados.

En relación a 1991, en los distritos mas castigados, **el desempleo se multiplicó por tres**, y por casi cuatro entre los jefes de hogar. Como resultado directo de esta situación, en estos distritos **casi el 40 % de los hogares corresponde a gente que sólo recibe el 20 % de los ingresos** de la región. Eso explica que **la pobreza supere el 40 %**, lo que significa que sus habitantes o familias no tienen ingresos suficientes para costear la compra de los bienes y servicios básicos. Se estima que una familia tipo (matrimonio y dos hijos) necesita 490 pesos mensuales para vivir con lo más elemental.

Las consecuencias de este deterioro laboral y social **afecta en mayor medida a los niños y jóvenes**. Como en los hogares pobres vive más gente y hay proporcionalmente más niños, **más de la mitad de los menores de 14 años viven en viviendas de familias pobres**. Así, el impacto del desempleo o del trabajo "en negro" es más extenso y profundo sobre el 1,5 millón de niños y adolescentes menores de 19 años que viven en la zona, provocando una pesadísima hipoteca a futuro. (Clarín, 01-04). ([regresar](#))

Propuesta para redefinir el Mercosur

El gobierno uruguayo elaborará una propuesta de redefinición del Mercosur, que proyecta presentar a sus socios a mediados de año para que el bloque empiece a “actuar como tal”. El proyecto, catalogado por algunos jerarcas como un “segundo Ouro Preto”, determinará nuevos instrumentos para avanzar en el proceso de integración ya que los definidos años atrás “fueron llevados por delante por la realidad”, explicaron las fuentes.

En 1994 el Protocolo de Ouro Preto estableció los plazos y los procedimientos que deberían cumplir los miembros del Mercosur para integrarse primero a la Zona de Libre Comercio y luego a la Unión Aduanera. Al día de hoy, se alcanzó tan sólo el primer objetivo (hay libre comercio -arancel 0- entre los cuatro países) pero el segundo (que implica entre otras cosas establecer aranceles comunes para los productos de fuera del bloque) tiene muchas imperfecciones. El planteamiento uruguayo se enroca con la idea de “relanzamiento del Mercosur” que manejaron días atrás los presidentes de Argentina y Brasil.

El gobierno adelantó ayer estas consideraciones al canciller argentino Adalberto Rodríguez Giavarini que viajó por el día a Montevideo. El jerarca mantuvo reuniones con el presidente Jorge Batlle y el ministro de Relaciones Exteriores Didier Opertti.

En una conferencia de prensa en la Cancillería, el jerarca argentino dijo que “el relanzamiento del Mercosur” consiste en “recrear condiciones de profunda confianza entre los socios e institucionalizarlas”. “Debemos buscar un mercado común, no me resigno a retroceder”, agregó.

Rodríguez especificó que este mercado común debe bajar su nivel tarifario para prepararse para la competencia internacional y coordinar políticas que permitan que cada socio tenga claridad sobre la conducta del otro. (*El Observador* 30/03/00)

Trégua no Mercosul chega ao fim

Durou pouco a trégua estabelecida pelo fechamento do acordo automotivo entre Brasil e Argentina. A demora do governo argentino em suspender as salvaguardas aos têxteis brasileiros, derrubadas pelo Tribunal Arbitral do Mercosul, causou irritação no Itamaraty e pode levar a sanções comerciais já nos próximos dias. A partir do dia 10 de abril - exatamente 30 dias após o pronunciamento do Tribunal Arbitral sobre os têxteis -, o Brasil está autorizado a punir a Argentina com restrições à importação de qualquer outro produto argentino. Esta fórmula, chamada no meio diplomático de “compensação”, está prevista no Protocolo de Brasília, documento que regulamenta a solução de controvérsias dentro do Mercosul. A Argentina argumenta ter prazo mais dilatado para cumprir o laudo final do tribunal. Em 70

páginas, o laudo diz que a Argentina deveria ter levantado as salvaguardas contra os têxteis brasileiros no dia 25 de março. O governo, no entanto, alega que, por ter feito duas ou três consultas sobre o assunto ao tribunal, acabou ganhando 15 dias a mais para cumprir o laudo -

interpretação da qual o Brasil discorda. Outra briga comercial promete renascer na próxima segunda-feira, dia 3 de abril. Nesse dia, vencerá o prazo de um mês para a Argentina decidir se põe ou não em vigor uma resolução que classifica o risco sanitário do frango brasileiro. Traduzindo: o produto nacional poderá sofrer restrições para entrar no mercado argentino sob alegação de que o frango brasileiro tem o chamado Mal de Newcastle.

Também neste caso, cada país diz uma coisa diferente e põe em dúvida a argumentação do outro. O governo brasileiro já disse aos argentinos que o frango brasileiro está livre da doença, mas não adiantou. Uma missão do Senasa (Serviço Nacional de Qualidade Agrícola) está no Brasil fazendo inspeção. E o destino dessa nova discussão dependerá da conclusão deste

grupo. Não bastassem os têxteis e os frangos, os argentinos reclamavam ontem que o Brasil deteve na fronteira caminhões carregados de alho, que dependem de autorização do governo brasileiro para entrar em território nacional.

Em Brasília, o representante brasileiro para assuntos do Mercosul, embaixador José Botafogo Gonçalves, informou que o governo manterá queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as salvaguardas impostas pela Argentina aos têxteis até que o governo daquele

país cumpra a decisão do Tribunal Arbitral. "Não cabe outra alternativa ao governo argentino senão a de acolher a decisão do tribunal", disse o diplomata.

Retornando esta semana de uma viagem à Argentina, que resultou na finalização do acordo automotivo entre os dois países, Botafogo Gonçalves explicou que a expectativa do Brasil era de que, na segunda-feira, as cotas de importações para os tecidos brasileiros já estivessem sido eliminadas. "O prazo já se esgotou. Mas isso tem que ser traduzido num documento formal e estamos aguardando essa manifestação", disse o embaixador.

Caso a Argentina não cumpra o determinado, o Brasil usará o laudo contra as Argentina entregue à OMC como instrumento de pressão. Até então, o país estava disposto a retirar o questionamento do âmbito da organismo internacional.

No Rio, o ex-secretário de Estado de Indústria e Comércio Exterior da Argentina Roberto Lavagna disse, durante palestra na sede da Firjan, que os setores privados deveriam chegar a um acordo entre si antes de recorrerem ao Tribunal Arbitral. Lavagna concordou que o setor têxtil é um assunto delicado na relação entre Brasil e Argentina, mas que deve ser superado,

seguindo o exemplo do regime automotivo. "O acordo automotivo firmado na semana passada vai servir de ferramenta para agilizar a resolução de outros acordos", disse. Para o ex-secretário e atual diretor da consultoria Ecolatina, a intervenção de órgãos externos ao Mercosul, como a OMC, só enfraquecem o bloco. "Os termos do Mercosul têm que ser resolvidos dentro do Mercosul." (*Jornal do Brasil*, 30.03.00)

Acordo Automotivo dá tranquilidade

O governo e o setor privado brasileiro comemoram o acordo automotivo do Mercosul, assinado na semana passada em Buenos Aires. Segundo o presidente da Associação Nacional do Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), José Carlos Pinheiro Neto, o entendimento dará tranquilidade para que as empresas que já investiram na região planejem suas estratégias para os próximos seis anos. 'Nenhuma montadora se instala no Brasil ou na Argentina visando apenas os respectivos mercados nacionais. Estão de olho no Mercosul e agora temos regras claras de comércio', disse.

De acordo com dados da Anfavea, Brasil e Argentina receberam US\$ 26 bilhões em aplicações do setor desde 1996. 'Todas as empresas aumentaram a capacidade de produção e, com um acordo que determine as bases das trocas entre os países, os fabricantes poderão usufruir dos investimentos que fizeram', afirmou o presidente da entidade. (*Gazeta Mercantil*, 24.03.00)

Régimen de autos se negociará el jueves

El próximo jueves los ministros de Industria del Mercosur junto a funcionarios de alto nivel de las cancillerías del bloque definirán cómo se "mercosuriza" el acuerdo automotor alcanzado entre Argentina y Brasil, informó el canciller, Didier Opertti.

Los jefes de jerarquía se reunirán en Buenos Aires después de que culmine el encuentro del Grupo Mercado Común (GMC) previsto para el martes y miércoles. Uruguay llevará a la reunión una posición negociadora que contemple lo acordado entre los técnicos de Industria, Economía y Relaciones Exteriores que ayer comenzaron a definir en qué está dispuesto a ceder el gobierno local y qué pedirá a cambio.

Según fuentes cercanas a las negociaciones, Uruguay pedirá que el arancel externo común (AEC) de 35% acordado entre Argentina y Brasil no se aplique a la importación de camiones. De acuerdo a las fuentes, estas unidades podrían recibir un tratamiento similar al de la maquinaria agrícola que es considerada un bien de capital y por tanto paga un AEC de 14%.

El gobierno negociará también que no se aumente el arancel pagado por las importaciones de autopartes (kits para fabricar autos) que hoy está en 2%.

Otro tema pendiente es qué nivel de producción regional debe contener un vehículo para ser considerado como "made in Mercosur". Argentina y Brasil acordaron el 60%. Uruguay intentará que esto se rebaje al 50%. (*El Observador* 30/03/00)

Paraguay vs el acuerdo automotor

Paraguay considera "inaceptable" el arancel de importación para autos del 35% que la Argentina y Brasil negociaron para el Mercosur. "No sé qué es negociable y qué no, pero 35

por ciento no es aceptable para nosotros, pues creemos que se debe seguir con el 20 por ciento fijado para los automotores en Ouro Preto", afirmó el viceministro paraguayo de Relaciones Económicas Internacionales, Emilio Giménez. El funcionario comentó que ayer recibió a una delegación de la Cancillería argentina con la misión de explicar los alcances de los acuerdos logrados la semana pasada sobre el arancel para importación de autos entre argentinos y brasileños. La Argentina y Brasil llegaron en Buenos Aires a un acuerdo que fija 6 años de transición en la política común de ambos países para la industria automotriz.

Los dos socios buscan que este acuerdo se incorpore a la Política Automotriz Común (PAC) que debía comenzar a regir este año para el Mercosur y que está aún pendiente de negociación con Paraguay y Uruguay. Para el libre comercio, previsto a partir del 2006, la Argentina y Brasil acordaron un arancel del 35% para todos los autos importados desde fuera del bloque regional. Esa tarifa aduanera estaba en 20%. El aumento pretende preservar el mercado regional para los fabricantes del MERCOSUR. (Clarín, 31.03.00)

Fijan Criterios para Ingreso Pleno de Chile Al Mercosur

El Ministro de Hacienda, Nicolás Eyzaguirre reafirmó aquí la fuerte voluntad política del Gobierno de Chile de caminar a paso firme hacia su integración como miembro pleno de Mercosur, bloque al cual hasta hoy sólo está asociado, pero dejó en claro que la administración no está dispuesta a revisar hacia arriba sus aranceles aduaneros que han venido reduciéndose sostenidamente. Durante una conferencia de prensa realizada en el marco de la Asamblea Anual del Banco Interamericano de Desarrollo, BID, que se clausuró ayer en esta ciudad, el Secretario de Estado explicó que la integración de Chile con el Mercosur debe ser gradual y que la homogeneización estadística, la convergencia macroeconómica y la mayor integración financiera, serán las tres líneas que darán inicio a las conversaciones a efectuarse en abril próximo. Para converger se negocian, por ejemplo, nivel de inflación, déficit fiscal y desequilibrio en cuenta corriente. En integración financiera la idea es trabajar hacia economías de conjunción a objeto de ofrecer servicios financieros de menor costo para empresas y consumidores y aprovechar las ventajas comparativas de los distintos mercados del bloque.

El arancel externo común del Mercosur versus el bajo nivel del arancel aduanero uniforme de Chile, así como la diferencia entre los regímenes cambiarios, por ahora serán un tema "tabú" para poder comenzar a conversar de integrarse como miembro pleno. Señaló que en el corto y mediano plazo no ve incompatibilidad entre distintos regímenes cambiarios al interior de la unión, destacando que pese a tener regímenes cambiarios opuestos, con esquema de convertibilidad y con un tipo de cambio flotante ligado a una exigente política monetaria que tiene como ancla la inflación, Argentina y Chile presentaron en los 90 los tipos de cambio real más estables de la región. (El Mercurio, 30.03.00)

Gestiones con Chile

La decisión de acelerar la integración de Chile al Mercosur está tomada y el mes próximo comenzarán las reuniones técnicas que permitan coordinar esta incorporación, anunció ayer el Ministro de Economía, J.L. Machinea.

Informó que estuvo conversando con representantes de Chile y de Brasil, y que se ha decidido darle un fuertísimo impulso a la integración de Chile al Mercosur, para lo cual en pocos días más van a comenzar las reuniones técnicas para buscar parámetros fiscales comunes que permitan allanar el camino. (La Nación, 29-03).

Argentina questiona fim de salvaguardas têxteis

Nem mesmo a determinação do órgão máximo do Mercosul - tribunal arbitral -, fez com que os contenciosos comerciais fossem solucionados entre brasileiros e argentinos. O governo argentino anunciou que vai pedir esclarecimentos sobre a decisão do tribunal do Mercosul que obriga o país vizinho a retirar as salvaguardas contra as importações de têxteis brasileiros.

Na avaliação dos produtores nacionais, porém, trata-se de uma estratégia dos argentinos para retardar ao máximo a aplicação da determinação do tribunal, anunciada há duas semanas.

Enquanto não são retiradas as barreiras, os argentinos pretendem negociar um acordo de restrição voluntária de exportações com o setor privado. Dessa forma, quando o laudo do

tribunal fosse finalmente acatado pelo governo argentino, o setor têxtil argentino já teria providenciado uma nova proteção. (*Gazeta Mercantil*, 29.03.00)

Bloco terá órgão para arbitrar disputas

O Mercosul quer fortalecer os instrumentos de solução de controvérsias para evitar futuras crises entre os países do bloco. A decisão já foi tomada oficialmente e os governos da Argentina, Uruguai e Paraguai esperam caminhar logo para a criação de um tribunal permanente. O governo brasileiro, contudo, não tem se mostrado favorável à idéia. Desde a criação do bloco, em 1991, o País defende apenas a existência de um tribunal 'ad hoc' (implementado para solucionar um contencioso comercial específico). Mesmo com as diferenças de concepção sobre os novos mecanismos de solução de controvérsias entre o Brasil e os demais sócios do bloco, o setor privado brasileiro reagiu positivamente a perspectiva do fortalecimento dos instrumentos do Mercosul. Para Ricardo Wirt, presidente da Indústria de Calçados Wirt, as disputas comerciais entre Brasil e Argentina desgastam o Mercosul. (*Gazeta Mercantil*, 28.03.00)

Argentina propõe novo pedágio

O governo argentino está reivindicando aos seus pares do Brasil e do Chile a cobrança de um novo pedágio às frotas de transporte estrangeiras que utilizarem sua infra-estrutura viária.

Por uma questão geográfica, a Argentina é o país mais transitado pelo transporte de cargas no Mercosul, principalmente entre Brasil e Chile, e a administração de De la Rúa pretende fazer valer sua condição de 'ponte terrestre', como define o secretário de Transporte, Jorge Kogan. O tema foi abordado durante a última reunião do Subgrupo de Trabalho N° 5 do Mercosul (SGT 5), realizada em Buenos Aires. A delegação argentina manifestou sua intenção de exigir uma compensação pela responsabilidade de manter e melhorar sua infra-estrutura viária, o que gerou o rechaço por parte do Brasil e do Chile. 'A Argentina vai exigir de todos os países que transitam por seu território o exercício de direito a participação nos tráfegos', disse José Miguel

Amiune, chefe da delegação argentina no SGT 5, do qual também participam representantes do Chile e da Bolívia em sua condição de associados do bloco. 'Este é um fenômeno admitido em todas as experiências internacionais, comunitárias ou não', diz. (*Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 27.03.00)

Frenan en Brasil la entrada de ajo argentino

Según denunciaron productores mendocinos, hay 4000 licencias de importación de ajo retenidas por las autoridades del socio mayor del Mercosur.

La traba está perjudicando a Mendoza, la principal provincia productora, que exporta por unos 110 millones de dólares al año. El 70 por ciento de los envíos tiene como destino el mercado brasileño. La situación hace peligrar unos 40.000 puestos de trabajo según explican productores y exportadores.

Un fallo del tribunal arbitral del Mercosur sostuvo que Brasil no debía seguir exigiendo licencias previas de importación. Sin embargo, la decisión dejó un hueco y los importadores están obligados a presentar un certificado con la anuencia del Ministerio de Agricultura para permitir el ingreso del producto. "No están dando las anuencias", denunciaron los productores. (La Nación, 29-03). ([regressar](#))

MERCOSUR-Sectores en conflicto.

Los conflictos comerciales entre la Argentina y Brasil abarcan sectores variados, y cada uno tiene algún tipo de complicación, lo que podría demorar su resolución. La estrategia de ambos países es incentivar acuerdos privados.

Lácteos: Brasil tiene casi lista una investigación por dumping contra la Argentina, pero la mantiene en suspenso. En los próximos meses comienza la temporada de mayor producción lechera y es entonces cuando crece la presión de los productores brasileños para frenar las ventas argentinas.

Pollos: la justicia entrerriana impuso cupos a las importaciones de pollos enteros eviscerados desde Brasil. El Estado nacional apeló esa medida, y mientras sigue la causa pendiente los cupos se mantienen. La cancillería argentina cree que si este conflicto se prolonga, podrían surgir situaciones similares del lado brasileño.

Textiles: se vence el plazo impuesto por el tribunal arbitral del Mercosur para que se levante el sistema de cupos a la importación de tejidos de algodón y sus derivados desde Brasil. El Ministerio de Economía presentó un pedido de aclaratoria, lo que postergará la definición del conflicto. El sector privado brasileño no quiere acordar con el argentino una restricción comercial voluntaria.

Calzado: en junio finaliza un acuerdo privado de cupos, y el gobierno argentino confía en que podrá renovarse.

Acero: la Argentina sigue adelante con una investigación por dumping en la importación de laminados en frío. La cancillería argentina esperará a que finalice para plantear una solución alternativa.

Arroz: los productores brasileños presionan al Gobierno para que limite las importaciones desde la Argentina. Ayer, una reunión de dirigentes de las asociaciones de productores de arroz del Mercosur debió ser cancelada por la ausencia de empresarios argentinos, lo que muestra la poca voluntad de llegar a un acuerdo.(La Nación, 25-03).

Argentinos investem mais no Brasil

Os investimentos e reinvestimentos argentinos diretos no Brasil aumentaram 1000%, segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (BC). Segundo o BC, existe um saldo de US\$ 450 milhões de investimentos diretos argentinos no Brasil. Deste total, 80% foram destinados à indústria de transformação.

Além disso, US\$ 360 milhões de investimentos argentinos foram dirigidos ao setor produtivo, 60% foram para a área alimentícia, seguidos pela área de autopeças (15%), e bebidas (12%). Na área química e petroquímica, também foram registrados importantes empreendimentos, mas o BC não especificou as percentagens de investimentos voltados para essas áreas. Segundo a Câmara de Comércio Argentina/Brasil, a maioria dos recursos destinados pelos argentinos no Brasil foram de reinvestimentos. Isso significa que os empresários e investidores argentinos confiam na estabilidade econômica do Brasil e estão seguros sobre o crescimento do País nos próximos anos.

Os investimentos estrangeiros estão orientados ao mercado interno. E, em muitos casos, funcionam como filiais operativas da matriz argentina, e em outros, atuam com certa autonomia da matriz. Além disso, a maioria dos investimentos argentinos no Brasil se concentram em sua grande maioria em São Paulo, seguidos pelo Rio Grande do Sul e Paraná.

Autoridades argentinas acreditam que nos próximos anos, os investimentos argentinos no País darão maior importância para as áreas de petroquímica, energia, combustíveis, de infraestrutura e de serviços. O Brasil também fez vários investimentos na Argentina. O saldo de

investimentos brasileiros realizados entre o período de 1990 a 1996, alcançaram US\$ 425 milhões de dólares entre novos investimentos, reinvestimentos e ampliações já existentes, segundo informações da Câmara de Comércio Brasil-Argentina. Com este montante e os projetos para esse ano, o Brasil passará a ocupar o oitavo lugar no ranking dos investidores na

Argentina. O setor de transformação representou a maior parte dos fluxos dos capitais brasileiros para a Argentina nos últimos anos. Os setores de maior relevância foram os de autopeças, alimentação, petroquímica, têxtil, transporte e de entretenimento. O secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, destacou que as empresas argentinas são bem vindas ao Brasil. Para ele, devemos promover investimentos recíprocos, sem que isso signifique desinvestimento em um ou outro país. (Gazeta Mercantil, 29.03.00)

Para CNI, Mercosul é Prioridade

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) acredita que as negociações comerciais do Brasil este ano devem ser centralizadas na consolidação do Mercosul para reforçar o poder do bloco junto às negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). O boletim Comércio Exterior de fevereiro ressalta que 'do ponto de vista da estratégia de negociações comerciais do Brasil no ano 2000, o principal desafio a ser gerenciado envolve precisamente as relações entre o processo de integração subregional e o processo de liberalização hemisférico'.

O documento alerta que a lenta evolução das negociações no Mercosul, particularmente a partir de 96, e as dificuldades para abordar a chamada agenda de consolidação e aprofundamento do bloco econômico tornam difícil não só a formação de posições comuns dos países do Mercosul na Alca mas também a consolidação do Mercosul 'como uma referência para os vários países que negociam'.

Las empresas que se fueron son minoría

O las empresas argentinas se arrepintieron o la amenaza del éxodo a Brasil no fue tal. Se censó a 26 de las firmas que, según la Unión Industrial Argentina (UIA), estaban empacando para llevarse sus líneas de producción al país vecino, y descubrió que sólo cinco lo estaban haciendo, aunque cuatro de ellas sólo en parte. Son las multinacionales Goodyear (neumáticos) y Philips (iluminación) y las firmas Valeo Neiman (cerraduras metálicas), Frenos Varga y la textil Coats Cadena.

Cuatro de las firmas mudadas siguen produciendo acá. Valeo Neiman cerró la planta de Munro, pero su maquinaria se repartió entre su filial brasileña y la fábrica de Córdoba, según fuentes de la empresa. Frenos Varga aseguró que su firma bajó las persianas también en Munro y envió tres máquinas a Brasil. Pero no importará desde allá, sino que tercerizará la producción en la Argentina con empresas formadas por los ex empleados de sus instalaciones.

Coats Cadena dejó la fabricación local en febrero de 1998, pero tercerizó del mismo modo que Varga, según fuentes de la firma. Philips dejó en la calle a 130 personas al cerrar su planta de Saavedra. Las lámparas incandescentes ahora se fabricarán e importarán desde el socio mayor del Mercosur. Sin embargo, aclararon que seguirán con el resto de las producciones nacionales.

Un vocero de la Sociedad Macri (Socma) aseguró que no han retirado ninguna inversión de la Argentina para marcharse a suelo brasileño. Altas fuentes de Firestone aseguraron que se llevaron algunas líneas de producción a Brasil, pero trajeron otras desde Japón. "No es la primera vez que lo hacemos. La Argentina no es competitiva, pero nos cuesta más caro irnos que quedarnos", sentenciaron. (*La nación*, 25-03). ([regressar](#))

Brasil e Usa discutem idéia de fórum bilateral

Com as relações entre o Brasil e os Estados Unidos em seu momento mais positivo em décadas, os dois governos começam a explorar maneiras de criar um mecanismo bilateral de consultas mais formal e profundo do que o atual, que está ancorado nos contatos semestrais entre os chefes das diplomacias dos dois países. Os Estados Unidos mantêm este tipo de diálogo mais institucionalizado com seus aliados mais próximos.

Um mecanismo de consultas periódicas com o Brasil é ainda uma idéia inicial e certamente não teria o mesmo formato da comissão nacional americano-mexicana. Mas, segundo uma fonte do executivo americano, envolveria encontros periódicos de alto nível e elevaria as relações entre os dois países a um novo patamar. Por iniciativa dos EUA, essa foi uma das questões que o chanceler Luiz Felipe Lampreia tratou ontem em encontros com membros dos ministérios e com outros funcionários da administração americana, no segundo dia de sua décima visita a Washington.

Sobre a Alca, Lampreia foi claro. Ele disse que o Brasil nunca foi movido por nenhuma intenção “diabólica” de impedir a realização da Laca. “Sempre indicamos que vemos a Laca como um esquema potencialmente muito interessante, mas também como um projeto que poderá nos afetar de forma muito negativa se for executado de uma forma desequilibrada”. O Brasil, afirmou ele, “certamente estaria interessado numa Laca que significasse acesso preferencial real, amplo e desimpedido de produtos da América Latina ao mercado dos EUA, incluindo tudo e sem exceção a certos produtos”. (O Estado de São Paulo, 30.03.00)

Muita conversa, pouca substância

Na semana passada, a União Européia (UE) deu mostras do quanto é limitada sua disposição em negociar o livre comércio com o Mercosul (e outros países) no setor agrícola. Pascal Lamy, comissário de Comércio da UE, disse em sua visita ao Brasil que o bloco aceita, sob certas condições, fazer concessões para melhorar as exportações do Mercosul à Europa. Produtos agrícolas são muito sensíveis para os europeus, os maiores importadores do mundo, e de alta importância para os sul-americanos. Por isso, é o principal nó a ser desatado entre os dois blocos. Uma das condições mencionadas por Lamy é que a liberalização agrícola esteja atrelada a decisões tomadas na Organização Mundial do Comércio (OMC), e que as conversações incluam outros setores. E foi na OMC que a UE vetou o brasileiro Celso Amorim para presidente da negociação de abertura do mercado global agrícola, conturbando o início das conversações. Motivo: o Brasil participa do Grupo de Cairns, de 18 nações exportadoras agrícolas (incluindo o Mercosul), que brigam por mais acesso de mercado.

O descontentamento do Mercosul com os europeus está nas tarifas de importação, apoio doméstico e barreiras como subsídios à exportação, incluídos na Política Agrícola Comum (PAC). A UE oferece medidas que façam a política distorcer menos o comércio, o que pode incluir redução dos subsídios. 'Assim há espaço para um diálogo. A agricultura tem peculiaridades que precisam ser consideradas. Trata-la como a outros produtos é um debate sobre o qual nunca concordaremos. Os 7 milhões de agricultores da Europa são necessários para o equilíbrio do bloco', afirmou o comissário. (Gazeta Mercantil Latinoamericana, 27.03.00)

Empiezan a negociar la UE y el MERCOSUR

La Unión Europea (UE) y el Mercosur realizarán la primera semana del mes próximo una ronda inicial de consultas para alcanzar un acuerdo de libre comercio. La reunión se llevará a cabo en Buenos Aires el 7 y el 8 de abril próximo, según anunció el representante de la Comisión de la UE en Buenos Aires, Vittorino Allocco.

Estas conversaciones son fruto de las bases de negociación que quedaron fijadas en la reunión de los jefes de Estado y de gobierno de los dos bloques, que se celebró en junio pasado en Río de Janeiro.

En aquella oportunidad, los dos mercados firmaron un acuerdo para definir los pasos que permitirán liberar progresivamente el comercio, sin una fecha final definida, y convinieron que las negociaciones para eliminar las barreras arancelarias empezarán en julio de 2001.

La delegación europea estará encabezada por el director general de Relaciones Exteriores, Guy Lacros, que era hasta diciembre último director general de Agricultura de la UE. En tanto, la misión del Mercosur estará liderada por el vicescanciller Horacio Chighizola, ya que la Argentina preside el bloque regional durante este semestre.

Según Allocco, la primera ronda de negociaciones tendrá como objetivo fijar los tres grupos de trabajo y sus respectivos subgrupos, sus integrantes y el calendario de reuniones. El programa prevé que la segunda reunión se desarrolle en junio en Bruselas y la tercera, hacia octubre o noviembre, en algún país del Mercosur.

Aunque el acuerdo firmado en junio en Río de Janeiro incluía a Chile, las conversaciones con la UE se realizarán por separado. (*La Nación*, 25-03).

Alca avança e força o passo do Mercosul

Sem que muita gente ainda tenha se dado conta, as negociações para o início da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) estão caminhando a um ritmo constante e até acelerado. Embora os seus nove grupos de trabalho façam pouco estardalhaço sobre os resultados de seus encontros, o fato é que já se está trabalhando no conteúdo do texto do acordo. Esse dinamismo está influenciando o ritmo de negociações no Mercosul.

Envolto em conflitos comerciais, este último acabou se atrasando na definição de normas e regulamentações em temas cruciais como os de serviços, compras governamentais e uma série de outras questões. Agora os países do Mercosul tratam de recuperar terreno. 'Os desafios do comércio internacional se intensificam a cada dia e, se estivermos articulados dentro de um bloco coeso, teremos mais chances de tirar proveito das negociações', diz José Botafogo Gonçalves, embaixador especial do Brasil para o Mercosul. Isso quer dizer que o Mercosul precisa rapidamente pôr o pé no acelerador para definir normas. E o bloco sul-americano deve ser ampliado, se quiser ter forças suficientes para se impor nas discussões da Alca, onde os Estados Unidos, e por tabela o Nafta, a área de livre comércio que formam com o México e Canadá, exercem grande influência. ([regressar](#))

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Coordenação- Ma. Silvia Portella de Castro



cesint@uol.com.br

cesint@sinectis.com.ar

cesi@y.com.uy

Notas

Avança Brasil "regional"

O programa Avança Brasil servirá de inspiração para a criação do "Avança Mercosul", disse o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Adalberto Rodriguez Giavarini. Em reunião na Casa Rosada, o presidente Fernando de la Rúa fez várias perguntas ao gerente do programa brasileiro, José Paulo Silveira. De la Rúa não se interessou apenas pela integração da infra-estrutura, que poderá unir pelas novas rodovias os sócios do Brasil no Mercosul. Ele quis detalhes sobre gestão pública e investimentos, envolvendo o governo,

instituições internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a iniciativa privada.

Foi do Brasil a idéia de fazer o Avança Brasil cruzar fronteiras. Uma idéia que surgiu a partir da ampliação da rodovia Mercosul, que liga São Paulo a Porto Alegre, e poderia cruzar a Argentina e o Uruguai. "O conhecimento dessas informações faz parte da integração. Nada melhor do que conhecer o parceiro para se integrar mais", disse Silveira.

Ato contra a privatização de refinaria no RS : dia 4 de abril

Nesta terça-feira, dia 4 de abril, o Sindipetro-RS e pela Federação Única dos Petroleiros promoverão ato em frente à Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), da Petrobras, em Canoas-RS, para proetstar contra a privatização da refinaria – ameaçada de entrar no negócio de troca de ativos entre a estatal brasileira e a Repsol/YPF.

A denúncia é que o Governo quer vender a empresa aos pedaços, tentando driblar a

opinião pública. Na última segunda-feira, a Petrobras e a Repsol/YPF, empresa de petróleo hispano-argentina, fecharam em Madri um contrato prevendo a troca de ativos entre as duas petroleiras. A Repsol/YPF cobiça refinarias da Petrobras no Sul e no Sudeste do Brasil, que serviriam de base para a refinação pretendida pela Repsol/YPF de 100 mil barris diários de óleo no Brasil. (Agencia CUT, 0.03.00)

[\(regressar\)](#)

Correspondencias

**Aos Sindicatos do Setor Saude – Cone Sul
Filiados e Fraternais da ISP**

Prezados(as) companheiros(as)

No dia 14 de Abril, em Assuncion de Paraguay, vamos realizar nossa próxima reunião da Rede Saúde – ISP Cone Sul. A reunião será em seguida a reunião de 12 e 13/4 do SUBRAC, no Hotel Internacional, Ayolas 520, Fono 595-21-494114 e Fax 595-21- 494383

Além das filiadas, teremos a participação de organizações fraternais e convidadas, entre a quais vocês da Podemos patrocinar os gastos com passagem aérea, alimentação e hospedagem local de uma pessoa de sua organização.

Os temas principais a serem tratados são:

- 1- Plano de trabalho da subregião: atualização e verificação de encaminhamentos desde a última reunião.
- 2- Preparação para o Seminário Latinoamericano em Cuba (Junho de 2000)
- 3- Discussão inicial sobre resoluções sobre Saúde no IAMRECOM (Panamá 10/2000): sugestões da subregião
- 4- Informes sobre seminário conjunto OIT/OPS (México 11/99), sobre reunião de Saúde na Cumbre Sindical Mercosul (Montevideo 12/99) e sobre conclusões de estudos sobre Saúde no Mercosul, com encaminhamentos
- 5- Outros pontos de interesse das filiadas.

Pedimos confirmar participação nesta reunião até 5 de Abril, para efeito de reserva de hotel e preparação adequada de local. Sugiro também fazerem uma reserva de vôo, verificando o preço da passagem aérea e enviarem para mim o mais rápido possível, nos contatos abaixo.

Qualquer dúvida, por favor entre em contato pelo e-mail ispbrasil@uol.com.br ou fax (55 61 3216357).

Jocélio Drummond
ISP Brasil

Brasília, 22 de Março de 2000.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS LABORALES

Case postale 6
CH-1211 Genève 22

FAX: +41(022) 799.8542

TEL: +41(022) 799.7620

E-mail:mozdzer@ilo.org

Ginebra, 28 de marzo de 2000

Estimados amigos y colegas:

Cuando consideramos el estado de las relaciones industriales en el mundo, podemos apreciar que los sistemas que regulan el empleo en diferentes países se ven influenciados por la competencia global, nuevas tecnologías, nuevas organizaciones industriales y cambios en la fuerza laboral. En muchos países el resultado ha sido una caída en el número de afiliados a los sindicatos, una reducción en el alcance de las negociaciones colectivas, y un debilitamiento de la protección legal de los trabajadores.

En respuesta a estos fenómenos, el Instituto Internacional de Estudios Laborales (IIEL) de la OIT, Ginebra, inició el programa sobre "Las Organizaciones de Trabajadores en el Siglo XXI". El objetivo primero es el de investigar en detalle los desafíos a los cuales los sindicatos se ven enfrentados en la presente coyuntura, e identificar aquellas políticas y actividades que han tenido éxito en distintos países. El programa cuenta con dos componentes principales. Por una parte, se han llevado adelante 16 estudios de caso para analizar los aciertos y dificultades de los sindicatos según los diversos contextos en los que llevan adelante sus actividades. Por otra parte, se ha establecido mediante el uso de las mas avanzadas tecnologías de la información una conferencia interactiva que nuclea a especialistas en el área de estudios laborales, dirigentes sindicales y otros individuos que trabajan activamente dentro de las organizaciones de trabajadores. El fin de la conferencia es el de crear un foro de discusión en el cual los participantes puedan intercambiar opiniones e información sobre las estrategias organizativas de los sindicatos frente a diferentes cuestiones. Los temas tratados hasta el momento han sido "Los sindicatos frente al desafío de la mundialización"; "Los sindicatos y sus estrategias organizativas"; y, "Mujeres y sindicatos". El tema para el mes de marzo es "La organización del sector informal". Cada mes un nuevo tema de discusión es presentado a la lista por medio de las contribuciones iniciales de especialistas en la materia.

La conferencia interactiva fue inaugurada con las contribuciones del Sr. Juan Somavía, Director General de la OIT, y el Sr. Bill Jordan, Secretario General de la Confederación Internacional de Sindicatos Libres. Los aportes que todas las agrupaciones sindicales puedan realizar a la conferencia son, por supuesto, bienvenidos. La conferencia utiliza un sistema que permite la participación de los miembros por medio de correo electrónico. Una vez que una persona se inscribe en la conferencia, comenzienza a recibir las contribuciones de los otros participantes en forma automática. La Conferencia es dirigida por un "moderador".

Hasta el momento, el idioma predominante de la Conferencia ha sido el inglés. De manera de promover el debate en el mundo de habla hispana, a partir de marzo, inauguraremos un sub-grupo de discusión en castellano en el cual nos agradaría contar con su activa participación.

Si desea mas información o inscribirse en la Conferencia, Ud. puede visitar el sitio web del IIEL: <http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/inst/project/network/index.htm>, o enviar un mensaje de correo electrónico a la Sra. Mariana Mozdzer - mozdzer@ilo.org

Lo saluda muy atentamente,

Jean Michel Servais
Coordinador de Investigaciones

[\(regressar\)](#)